



CABELO CRESPO E IDENTIDADE: A LITERATURA ESCRITA POR MULHERES NEGRAS COMO FONTE CIENTÍFICA NA FORMAÇÃO DOCENTE GEOGRÁFICA ANTIRRACISTA

Lair Miguel da Silva ¹

RESUMO

O presente trabalho, tem como objetivo apresentar a literatura escrita por mulheres negras como fonte científica na formação docente geográfica antirracista, tendo como ícone identitário o cabelo crespo. A relevância deste trabalho, consiste no empreendimento à luta antirracista, justamente pelo fato de vivermos em uma sociedade predominantemente racista que gera, sobretudo, violência e desigualdades sociais, raciais e econômicas. Sendo a escola uma das instituições reprodutoras desse racismo que se constitui em um dos pilares de sustentação da sociedade capitalista. Como procedimentos metodológicos realizamos uma revisão bibliográfica a respeito do tema abordado, realizamos também uma análise de fragmentos dos livros “Meu cabelo é de rainha” - bell hooks, ilustrações de Chris Raschka e “Quarto de despejo: diário de uma favelada” – Carolina Maria de Jesus. O racismo estético é uma das formas utilizadas para selecionar trabalhadores do numeroso exército de reserva. Aliás essa seleção já começa ocorrer muito antes no ambiente escolar em que crianças, adolescentes e jovens acabam desistindo dos estudos devido a presença do racismo no ambiente escolar. Logo, acreditamos que uma das formas de caminharmos no sentido de se ter uma sociedade mais justa e menos desigual é apostando na formação docente geográfica, com ênfase em um debate pautado na resistência e no respeito relativos a diversidade racial, a fim de se combater o racismo estético que contribui sobremodo para acirrar as desigualdades bem como a opressão em nossa sociedade.

Palavras-chave: racismo, escritoras negras, formação docente, Geografia anticolonial, cabelo crespo.

ABSTRACT

The present work aims to present the literature written by black women as a scientific source in anti-racist geographic teacher training, with curly hair as an identity icon. The relevance of this work lies in the development of the anti-racist struggle, precisely because we live in a predominantly racist society that generates, above all, violence, and social, racial, and economic inequalities. The school is one of the institutions that reproduce this racism, which constitutes one of the pillars of support of capitalist society. As methodological procedures, we carried out a bibliographical review on the topic discussed, we also carried out an analysis of fragments of the books “Meu cabelo é de rainha” - bell hooks, illustrations by Chris Raschka and “Quarto de despejo: diário de uma favelada” – Carolina Maria de Jesus. Aesthetic racism is one of the ways used to select workers from the numerous reserve army. In fact, this selection begins to occur much earlier in the school environment, where children, adolescents and young people end up giving up on their studies due to the presence of racism in the school environment. Therefore, we believe that one of the ways to move towards having a fairer and less unequal society is to invest in geographic teacher training, with an emphasis on a debate based on resistance and respect for racial diversity, to fight the aesthetic racism that greatly contributes to intensify inequalities as well as oppression in our society.

Keywords: racism, black women writers, teacher education, anti-colonial geography, curly hair.

¹ Doutoranda do curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia - MG, lairmiguel2007@hotmail.com



INTRODUÇÃO

O presente trabalho, fruto de estudos relacionados à uma pesquisa em andamento, tem como objetivo apresentar a literatura escrita por mulheres negras como fonte científica na formação docente geográfica antirracista, tendo como ícone identitário o cabelo crespo. Uma vez que, a referência ao cabelo crespo, é uma das características que permeia o universo literário escrito por mulheres negras, seja na literatura infantil, infanto juvenil, ou outras literaturas. O cabelo crespo enquanto ícone identitário é também utilizado como estratégia para inferiorizar negros e negras e assim, disseminar e manter o racismo.

A relevância deste trabalho, consiste no empreendimento à luta antirracista, justamente pelo fato de vivermos em uma sociedade predominantemente racista que gera, sobretudo, violência e desigualdades sociais, raciais e econômicas. Visto que, o racismo brasileiro é herança do processo de colonização imposto ao Brasil e que ainda na atualidade exerce relações de dominação e exclusão. Essas relações estão espacializadas em nossa sociedade por meio das instituições, família, igreja, escola, relações de trabalho e Estado. E vão sendo reproduzidas justamente porque o projeto de sociedade que temos é intencionalmente classista e racista.

Sendo a escola uma das primeiras instituições na qual o indivíduo se depara com o racismo, temos que a literatura escrita por mulheres negras abordadas sob uma perspectiva anticolonial pode contribuir na formação docente geográfica antirracista, no sentido de construir uma epistemologia diferente da que nos foi imposta pelo colonizador. Lembrando que a literatura possui uma forte ligação com a Geografia a medida em que é capaz de nos apresentar de forma vívida as relações que se dão no espaço socialmente construído – objeto de estudo da Geografia, que por sua vez é uma ciência estratégica e como disciplina escolar tem sido muito utilizada para propagação da ideologia hegemônica da sociedade capitalista que tem como um de seus pilares estruturantes o racismo.

Como procedimentos metodológicos realizamos uma revisão bibliográfica a respeito do tema abordado. Realizamos também uma análise de fragmentos dos livros “Meu crespo é de rainha” - bell hooks, ilustrações de Chris Raschka e “Quarto de despejo: diário de uma favelada” – Carolina Maria de Jesus. A análise foi realizada tendo como fundamento dois questionamentos: Qual a influência exercida pelo meio



social sobre a obra de arte? E qual a influência exercida pela obra de arte no meio social? Ambos de Antonio Candido (2019) na obra: “Literatura e sociedade”.

APORTE TEÓRICO

Para falar de uma Formação docente geográfica antirracista, acreditamos que precisamos entender o que é racismo. O conceito de racismo está relacionado a um tipo de discriminação tendo como base a raça. O termo raça por sua vez, possui vários significados um deles é descrito por Cashmore como sendo, “Um grupo de pessoas socialmente unificadas numa determinada sociedade em virtude de marcadores físicos como a pigmentação da pele, a textura do cabelo, os traços faciais, a estatura e coisas do gênero”. (CASHMORE 2000 p.454). De forma equivocada, porém, intencional, a raça é usada por vários povos dentre eles os europeus como forma de classificar e inferiorizar determinados povos como meio de obter vantagens.

Ainda que hoje seja quase um lugar comum a afirmação de que a antropologia surgida no século XX, e a biologia – especialmente a partir do sequenciamento do genoma - tenham há muito demonstrado que não existem diferenças biológicas ou culturais, que justifique um tratamento discriminatório entre seres humanos, o fato é que a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades, justificar a segregação e o genocídio de grupos socialmente considerados minoritários. (ALMEIDA, 2018 p.24)

A sociedade brasileira desde sua formação no período colonial utiliza do racismo como estratégia para inferiorizar os negros. Primeiro escravizando-os, os negros eram considerados mercadorias sem nenhum valor ou sentimento humano. Depois com a lei Áurea de 1888, os negros foram “libertos” do regime de escravidão, porém foram lançados às margens da sociedade sem garantias e direitos. Ainda hoje a sociedade brasileira é caracterizada pelas marcas de discriminação dos povos negros e embora, muitos afirmem que no Brasil não exista racismo, infelizmente temos que considerar essa afirmativa como falácia, visto que, o racismo se encontra de forma latente em nossa sociedade, mesmo que muitas vezes de forma dissimulada.

Pode-se dizer como fazem os que se delicia com jogos de palavras, que aqui não há racismo (à moda sul-africana ou americana) nem preconceito ou discriminação, mas não se pode esconder que há diferenças sociais e econômicas estruturais e seculares, para as quais não se buscam remédios. A naturalidade com que os responsáveis encaram tais situações é indecente, mas raramente é adjetivada dessa maneira. Trata-se na realidade, de uma forma, do *apartheid* à brasileira, contra a qual é urgente reagir se realmente desejamos integrar a sociedade brasileira de modo que, num futuro próximo, ser negro no Brasil seja, também, ser plenamente brasileiro no Brasil. (SANTOS, 2002)



Quando analisamos dados referentes aos índices de analfabetismo, desemprego, violência e outras mazelas na sociedade brasileira, podemos evidenciar que as desigualdades políticas, econômicas e sociais entre brancos e negros é notória. O branco ocupa um lugar privilegiado na sociedade brasileira, e de forma consciente ou não isto vai sendo naturalizado. Também é natural que os negros não concluam os estudos escolares, é natural que os negros fiquem desempregados ou que se contentem com os subempregos, é natural que os negros sejam presos ou mortos injustamente, a sociedade vai se “acostumando” com essa realidade medonha, onde a discriminação racial é tida como natural.

A escola por sua vez, é uma das instituições que reforça essa discriminação inferiorizando crianças, adolescentes, jovens e adultos negros. Lembrando que não temos a intenção de incriminar a instituição escolar em relação ao racismo, mesmo porque o racismo está enraizado nas mais diversas esferas da sociedade, ou seja, a escola não é a única responsável, entretanto, como uma instituição formadora ela acaba por se constituir em um meio estratégico perfeito para propagação de ideias racistas da classe hegemônica, e conseqüentemente das desigualdades principalmente econômicas, as quais são uma “necessidade” no modo de produção capitalista.

DESDE CEDO, pessoas negras são levadas a refletir sobre sua condição racial. O início da vida escolar foi para mim o divisor de águas: por volta de seis anos entendi que ser negra era um problema para a sociedade. Até então, no convívio familiar, com meus pais e irmãos eu não era questionada dessa forma, me sentia amada e não via nenhum problema comigo: tudo era “normal”. “Neginha do cabelo duro”, “neginha feia” foram alguns dos xingamentos que comecei a escutar. Ser a diferente – o que quer dizer não branca – passou a ser apontado como um defeito. Comecei a ter questões de autoestima, fiquei mais introspectiva e cabisbaixa. Fui forçada a entender o que era racismo e a querer me adaptar para passar despercebida. (RIBEIRO, 2019 p.23-24)

Assim como Djamila Ribeiro, todos os anos milhares e milhares de crianças negras são surpreendidas ao chegarem à escola e se depararem com uma realidade preconceituosa e excludente. Como o cabelo crespo é um ícone identitário, muitas vezes é tratado de forma estereotipada com a intenção de inferiorizar a criança. Visto que nossa sociedade tem como padrão de beleza, o europeu.

Se antes a aparência da criança negra com a sua cabeleira crespa, solta e despenteada era algo comum entre a vizinhança e os coleguinhas negros, com a entrada para a escola a situação muda. A escola impõe padrões de currículo, de conhecimento, de comportamentos e, também, de estética. Para estar dentro da escola, é preciso se apresentar fisicamente dentro de um padrão, uniformizar-se. A exigência de cuidar da aparência é reiterada, e os argumentos para tal



nem sempre apresentam um conteúdo racial explícito. Muitas vezes esse conteúdo é mascarado pelo apelo às normas e aos preceitos higienistas. Existe, no interior do espaço escolar, determinada representação do que é ser negro, presente nos livros didáticos nos discursos, nas relações professor/a e aluno/a e dos alunos/as entre si. Na maioria das vezes, a questão racial existe na escola através da sua ausência e do seu silenciamento. (GOMES, 2020 p. 203)

A imposição desses padrões pela escola não se dá de forma inocente. Isto porque a escola está inserida em uma sociedade que por sua vez é dirigida por um Estado que acata normas estabelecidas por uma elite que dita o projeto de sociedade que se quer ter. Os currículos e materiais didáticos são elaborados de acordo com os interesses não dos oprimidos, mas sim, dos opressores. Além desses materiais, há também a questão comportamental, na qual tanto professores quanto alunos, inconscientes ou não, também acabam reproduzindo práticas racistas no ambiente escolar inferiorizando o aluno negro, contribuindo muitas vezes para evasão escolar, e conseqüentemente para o acirramento das desigualdades sociais.

Na escola o cabelo crespo é alvo de piadas, chacotas e xingamentos. Muitas vezes a criança ou adolescente negro, não sabe como se defender dessas agressões e infelizmente são ignorados pelos adultos. Não são raros os casos de injúria racial no ambiente escolar.

Na escola também se encontra a exigência de “arrumar o cabelo”, o que não é novidade para a família negra. Mas essa exigência muitas vezes chega até a família negra com um sentido muito diferente daquele atribuído pelas mães ao cuidarem de seus filhos e filhas. Em alguns momentos, o cuidado dessas mães não consegue evitar que mesmo se apresentando bem penteada e arrumada, a criança negra deixe de ser alvo das piadas e dos apelidos pejorativos no ambiente escolar. Alguns se refere ao cabelo: “Ninho de guacho”, “cabelo de bombril”, “nega do cabelo duro”, “cabelo de picumã”! apelidos que expressam que o tipo de cabelo do negro é visto como símbolo de inferioridade, sempre associado a artificialidade (esponja de bombril) ou com elementos da natureza (ninho de passarinho, teia de aranha enegrecida pela fuligem). (GOMES, 2020 p. 203-204).

O modo pejorativo de se tratar o cabelo crespo na escola contribui para construção de uma identidade negativa do negro que passa a ser visto como um ser humano inferior. Isto porque conforme já mencionamos o cabelo é um ícone identitário carregado de significados e simbologias.

Mas, para além de tanta particularidade, quais seriam os significados universais da relação do homem e da mulher com o cabelo? Segundo Queiroz (2000.p 28), o estado dos cabelos pode revelar a trajetória de vida de uma pessoa, sua condição de existência e o momento vivido no interior de determinado grupo social. O autor chama a atenção para o fato de que é comum cortar ou raspar os cabelos da cabeça por ocasião dos ritos de passagem, o que também é comum entre nós quando do ingresso na Universidade, nas prisões, nas instituições militares ou religiosas. Há também, uma relação entre cabelo, poder e potência



sexual. Por isso, cortá-lo ou raspá-lo pode equivaler, simbolicamente a castração. Essa é a condição dos novatos, dos recém-admitidos em determinadas instituições. Por outro lado, os cabelos rebeldes, soltos e descuidados podem expressar independência ou mesmo relutância às normas sociais, como é o caso de líderes religiosos, profetas, rastafaris. (GOMES, 2020 p. 208-209)

Gomes (2020), nos mostra também que o significado do cabelo está relacionado à cultura, idade, classe, sexo, nacionalidade, contexto histórico e político. E que cortar o cabelo, raspar o cabelo, alisar o cabelo, mudar o cabelo pode significar não apenas uma mudança de estado dentro de um grupo, mas também a maneira como as pessoas se veem e são vistas pelo outro, um estilo político, de moda e de vida. Essa autora ainda afirma que “o cabelo é um veículo capaz de transmitir diferentes mensagens, por isso possibilita as mais diferentes leituras e interpretações”(GOMES, 2020 p. 209). O cabelo crespo tem sido utilizado por movimentos sociais como símbolo de luta e de resistência contra padrões hegemônicos impostos às sociedades com a finalidade de inferiorizar o negro por meio do racismo.

O cabelo “afro”, também considerado por alguns como *black power*, foi considerado um estilo político pelo movimento de contestação dos negros desencadeado a partir da década de 1960. Esse momento, ao atribuir ao cabelo crespo o lugar da beleza, representava simbolicamente a retirada do negro da inferioridade racial colocada pelo racismo. Assim como os panteras negros nos EUA, o Movimento de Consciência Negra na África do Sul nas décadas de 1960 e 1970 ajudou não só a pensar estratégias políticas de combate ao racismo, como também formulou um conjunto de ideias que inspiraram o ativismo de jovens militantes negros em outros países. A rejeição de padrões estéticos que lembravam a herança branca e europeia e a exaltação dada à cultura africana como forma de promover o autoconhecimento e a autoestima do negro são duas bandeiras de luta desses movimentos herdadas pelas organizações negras de hoje. (GOMES, 2020 p. 210-211)

Entendemos que a história desses movimentos são verdadeiras lições de inspiração e compreensão de que é necessário construir uma identidade negra positiva valorizando o cabelo crespo, mostrando que assim como as demais raças, a raça negra também possui atributos positivos e negativos e que as más qualidades não estão vinculadas a cor da pele e nem a textura do cabelo e sim ao caráter da pessoa. E que não existe um padrão de beleza superior ou inferior, e sim padrões de beleza diferentes. As tranças por exemplo, tão presentes na cultura negra, além de belas, são carregadas de significados.

O uso das tranças pelos negros, além de carregar toda uma simbologia originada de uma matriz africana ressignificada no Brasil, é, também, um dos primeiros penteados usados pela criança negra e privilegiados pela família. Fazer as tranças, na infância, constitui um verdadeiro ritual para essa família e



uma tarefa aprendida e desenvolvida pelas mulheres negras. (GOMES, 2003 p.177).

Mas, será que a escola tem contribuído para a valorização do corpo negro e do cabelo crespo? Nilma Lino Gomes, escrevendo sobre educação, identidade negra e formação de professores/as, nos faz o seguinte questionamento: “Como a escola lida com o corpo negro e o cabelo crespo?” (GOMES, 2003 p.174. Geralmente são desenvolvidos nas datas comemorativas, como o dia 20 de novembro, projetos muito bons procurando valorizar a cultura afro-brasileira. Isto é louvável, porém a condição do negro na sociedade é abordada de forma romantizada; e temas importantes como: a valorização da estética na construção de uma identidade negra positiva, preconceito, discriminação e racismo, são “esquecidos”.

O racismo deve ser um tema abordado em todos os níveis da Educação Básica, bem como na graduação e na pós graduação. Também não podemos nos esquecer que “A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias vazias ou o repúdio moral do racismo, depende antes de tudo, da tomada de postura e da adoção de práticas antirracista”. (ALMEIDA, 2018 p. 40). Por isso a importância da reestruturação da formação docente pautada, sobretudo, em uma educação antirracista.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Geografia e a literatura possuem uma relação muito peculiar, uma vez que, a literatura possui a capacidade de nos apresentar a sociedade, bem como seus conflitos e contradições. Mas, qual seria a relação entre Geografia e cabelo crespo? Para responder a essa indagação partimos da categoria de análise da Geografia – espaço. Há relação do cabelo crespo com outras categorias de análise também, porém vamos nos deter aqui na categoria espaço.

Sabemos que o espaço é objeto de estudo da Geografia e que existem várias definições referente a este objeto, de forma resumida podemos afirmar que o espaço geográfico é caracterizado por relações que envolvem o homem e a natureza e os homens entre si, ou seja, relações sociais.

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente por uma estrutura representada por estrutura por relações sociais que que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. (SANTOS, 2004 p.153).



Para Santos (2004) o espaço geográfico é também espaço social, e é nessa perspectiva que acreditamos que o cabelo crespo como ícone identitário do indivíduo negro que por sua vez é parte constituinte da sociedade deve ser discutido no âmbito Geográfico. Pensando no indivíduo negro de cabelo crespo como parte integrante da sociedade fundamentamos essa discussão relacionando esses dois questionamentos de Candido (2019): Qual a influência exercida pelo meio social sobre a obra de arte? E qual a influência exercida pela obra de arte no meio social?” obra de arte aqui é a literatura escrita por mulheres negras.

De acordo com Gomes; Lauriano; Schwarcz (2021) Carolina Maria de Jesus nasceu em 1914 (há controvérsias sobre essa data), em Sacramento no interior de Minas Gerais, numa família de sete ou nove irmãos, ela se dizia descendente de escravizados e cursou somente até o segundo ano primário. Trabalhou como empregada doméstica, auxiliar de enfermagem e artista de circo. Em 1948 engravidou perdendo com isso o emprego indo então morar na favela do Canindé. Em 1955, começou a escrever um diário, no qual anotava suas reflexões e pensamentos.

É esse diário que mais tarde se tornaria a obra a qual nos referimos “Quarto de despejo diário de uma favelada”. Selecionamos fragmentos do livro para nossa discussão sobre o cabelo crespo e a formação docente geográfica antirracista.

... Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me: - É pena você ser preta. Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rustico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reincarnações, eu quero voltar sempre preta. (JESUS, 2001 p.58)².

Esta citação que faz referência a uma mulher negra, pobre, catadora de papel, nos leva a uma reflexão sobre o quão preconceituosa e racista é a nossa sociedade que ainda hoje se posiciona de forma excludente. Entretanto, esse processo de exclusão não deve ser visto de forma isolada, ou seja, há toda uma estrutura social racista que também é responsável por esse processo. Lembrando que um dos pilares que sustentam a sociedade capitalista é o racismo, que é usado até mesmo para justificar as disparidades salariais entre brancos e negros.

² Todas as citações referentes à Carolina Maria de Jesus foram feitas tal como estão apresentadas no original.



Desse modo quando uma mulher negra é impedida de atuar em determinado trabalho devido a cor de sua pele e principalmente a textura do cabelo, não é apenas uma questão individual mas, se refere, sobretudo a uma questão estrutural vinculada a um projeto de sociedade racista e classista. Utilizando-se de exemplos, Almeida (2019) nos mostra que, quando terroristas brancos bombardeiam uma igreja negra na cidade de Birmingham, Alabama e matam cinco crianças negras, isto se chama racismo individual. Porém quando nessa mesma cidade quinhentos bebês negros morrem por falta de recursos: comida adequada, abrigo, instalações médicas... Isto é função do racismo institucional. O racismo está vinculado também a negação de direitos.

Vimos que Carolina Maria de Jesus teve negado o direito ao trabalho, as peças que ela escreviam não eram acreditadas pelo fato dela ser uma mulher negra, lembrando que Carolina Maria de Jesus escrevia não apenas por prazer, mas sobretudo, como forma de denunciar as injustiças sociais e na esperança de conseguir uma ascensão social que a tirasse da vida miserável na qual ela e seus três filhos viviam.

A negação de direitos básicos como alimentação, trabalho, saúde, moradia, entre outros, aumenta as desigualdades sociais fazendo com que enquanto uma parcela da população vive uma vida de luxo, outra parcela é obrigada a recorrer ao lixo para obter itens essenciais a sobrevivência humana.

15 DE JULHO DE 1955 Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas, o custo dos gêneros alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapato no lixo, lavei e remendei para ela calçar. (JESUS, 2001 p. 9)

Muitas vezes Carolina Maria de Jesus se via obrigada a ter que se alimentar de produtos oriundos do lixo porque não havia outra alternativa.

... Quando cheguei do palácio que é a cidade os meus filhos vieram dizer-me que havia encontrado macarrão no lixo. E a comida era pouca, eu fiz um pouco do macarrão com feijão. E meu filho João José disse-me:
- Pois é. A senhora disse-me que não ia mais comer as coisas do lixo.
Foi a primeira vez que vi minha palavra falhar. Eu disse:
- É que eu tinha fé no Kubstchek.
- A senhora tinha fé e agora não tem mais?
- Não meu filho. A democracia está perdendo seus adeptos. No nosso paiz tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos são fraquíssimos. E tudo que está fraco, morre um dia. (JESUS, 2001 p. 35).

Carolina Maria de Jesus entende que a fome não é apenas um problema econômico, mas também uma questão política e social. O problema não é a falta de alimentos, mas, a forma como os alimentos são produzidos e distribuídos. O Brasil não



é um país pobre, porém, as riquezas são mal distribuídas ficando nas mãos de uma minoria. E dentre a maioria que não tem acesso as riquezas ainda ocorre uma seleção entre brancos e negros.

[...] Um dia, um branco disse-me:

- Se os pretos tivessem chegado ao mundo depois dos brancos, aí os brancos poderiam protestar com razão. Mas, nem o branco nem o preto conhece a sua origem.

O branco é que diz que é superior. Mas que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também. A natureza não seleciona ninguém. (JESUS, 2001 p. 58).

Realmente a natureza não seleciona ninguém, porém o modo de produção (capitalista) é capaz de selecionar quem tem direito ao trabalho, ao acesso à educação à moradia, ao lazer, à saúde, enfim selecionar até mesmo quem terá ou não condições dignas para sobreviver. A natureza não faz distinção entre brancos e negros, mas, a classe hegemônica por meio do racismo promove uma diferenciação entre os indivíduos levando muitos a se submeterem a uma vida de privação a direitos básicos.

O direito à alimentação é um direito de todos os seres humanos, independentemente da condição social, cor da pele, etnia, local de moradia, crença religiosa, gênero ou idade. No entanto, na atual fase do capitalismo globalizado, esse direito fundamental para a sobrevivência dos seres humanos vem sendo sistematicamente violado como resultado do controle que as grandes empresas transnacionais têm sobre o mercado de alimentos, subordinando o acesso a eles às condições do lucro e da acumulação. Portanto, as pessoas só podem ter acesso aos alimentos quando têm dinheiro e renda para comprá-los. Como em praticamente todas as sociedades, e mais gravemente nos países do hemisfério sul, há elevada concentração da renda, as populações pobres, majoritárias, que vivem nesses países sofrem as consequências da falta de acesso aos alimentos. (STEDILE; CARVALHO, 2012 p. 716).

A alimentação é um direito de todos, assim como também outros direitos que são essenciais a sobrevivência humana. Todavia para se ter acesso a esses direitos básicos é necessário ter poder de compra e para ter se ter poder de compra é necessário desenvolver um trabalho, e para desenvolver um trabalho que seja bem remunerado de forma a suprir às necessidades básicas do ser humano é “necessário” ter “boa aparência”, e na sociedade capitalista que é racista, quem é negro e principalmente tem cabelo crespo não possui “boa aparência” – “É uma pena você ser preta”... . (JESUS, 2001 p. 58). Logo, o negro, salvo raras exceções está fadado a uma vida de privações, às vezes de miséria mesmo.

Lembrando que não é uma questão de meritocracia, Carolina Maria de Jesus, era uma mulher trabalhadora, catadora de papel, trabalhava todos os dias. O problema é que



geralmente os trabalhos destinados às pessoas negras são essenciais, contudo, não são valorizados e por isso são mal remunerados. Isso justamente porque os negros ainda “carregam” em seus ombros o fardo da escravidão. “Ser negro no Brasil é, pois, com frequência ser objeto de um olhar enviesado. A chamada boa sociedade parece considerar que há um lugar predeterminado, lá embaixo, para os negros e assim tranquilamente se comporta.” (SANTOS, 2002 p. 161). A sociedade capitalista vê o negro com desconfiança, o negro é visto como perigoso e incapaz.

[...] no caso brasileiro, o corpo da pessoa também se impõe como uma marca visível e é comum privilegiar a aparência como condição primeira de objetivação e julgamento, criando uma linha demarcatória, que identifica e separa, a despeito das pretensões de individualidade e de cidadania do outro. Então a própria subjetividade e a dos demais esbarram no lado ostensivo da corporeidade, cuja avaliação, no entanto, é preconceituosa. (SANTOS, 2002 p.160)

Santos (2002) também nos chama a atenção para o fato de o corpo ter um peso maior que o espírito na formação da socialidade e da sociabilidade, o que se considera é a aparência e não o caráter. E a aparência considerada deve ter sobretudo características europeias, (pele clara e cabelo liso) exigidas na maioria das vezes para inserção no mercado de trabalho.

Além da cor da pele, os demais sinais diacríticos do negro ajudam a compor a lógica de classificação racial presente no mundo do trabalho. Se, atualmente, após as denúncias do movimento negro e, sobretudo, do movimento das mulheres negras, dos intelectuais negros e também dos brancos solidários à causa racial, a exigência da “boa aparência” deixou de constar nos anúncios de empregos, o mercado de trabalho encontrou formas mais sutis para discriminar. A exigência de um padrão estético, no que se refere ao penteado pode ser visto como uma delas. (GOMES, 2020 p.198)

Almeida (2018) também faz referência a questão da “boa aparência”, nos mostrando que as instituições tendem a privilegiar pessoas brancas em detrimento às pessoas negras.

[...] E um exemplo disso é a exigência de “boa aparência” para se candidatar a uma vaga de emprego, que simultaneamente é associada a características estéticas de pessoas brancas, de modo deliberado ou não, são beneficiárias das condições criadas por uma sociedade que se organiza a partir de normas e padrões prejudiciais à população negra. (ALMEIDA, 2018 p. 35)

Muitas vezes a pessoa negra se vê obrigada a submeter aos padrões colonizadores europeus que tem o cabelo liso como referência, para conseguir uma vaga de trabalho, ou mesmo para permanecer empregado.

Durante o trabalho de campo, enquanto conversava com algumas clientes, ouvi de algumas delas depoimentos que atestavam que, além de ser um gosto pessoal, o alisamento do cabelo era uma condição para conseguirem ou



permanecerem no emprego. Segundo elas, alguns setores de trabalho não admitem mulheres negras usando cabelos crespos, tranças, estilo black power, nem homens negros com cortes afros e dreadlocks. Uma dessas mulheres trabalha como nutricionista, outra na área do Direito e a terceira é atriz. (GOMES, 2020 p. 197).

Observem que não é comum pessoas negras se tornarem profissionais nessas áreas, e as que conseguem vencer as barreiras e os obstáculos, ainda são obrigadas a se submeterem aos caprichos de uma sociedade estruturalmente racista. Lembrando que a exigência de seguir os padrões europeizados, não é apenas das instituições, mas também, da sociedade em geral, o racismo se encontra tão naturalizado na sociedade, de forma que quando vemos um profissional com determinado estilo de cabelo que foge as normas impostas pelo colonizador, achamos estranho, “errado”.

Essa naturalização está estritamente vinculada aos processos históricos da sociedade brasileira que teve como uma de suas principais características a escravização de negros e consequentemente a subalternidade e inferiorização. Até hoje o negro é visto de forma estereotipada e o cabelo crespo como um mal a ser combatido.

Mais do que a cor da pele, o cabelo tornou-se a mais poderosa marca de servidão durante o período de escravização. Uma vez escravizadas/os a cor da pele de africanas/os passou a ser tolerada pelos senhores brancos, mas o cabelo não, que acabou se tornando um símbolo de “primitividade”, desordem, inferioridade, e não civilização. O cabelo africano foi classificado então como “cabelo ruim”. Ao mesmo tempo, negras e negros foram pressionadas/os a alisarem o “cabelo ruim” com produtos químicos apropriados, desenvolvidos pela indústria europeia. Essas eram forma de controle e apagamento dos chamados “sinais repulsivos da negritude”. Nesse contexto, o cabelo tornou-se o instrumento mais importante entre africanas/os e africanas/os da diáspora. Dreadlocks, rasta, cabelos crespos ou “black” e penteados africanos transmitem uma mensagem política de fortalecimento racial e um protesto contra a opressão racial. Eles são políticos e moldam as posições de mulheres negras em relação a “raça”, gênero e beleza. Em outras palavras, eles revelam como negociamos políticas de identidade e racismo. (KILOMBA, 2019 p. 127).

Kilomba (2019), nos mostra que se por um lado o cabelo crespo é tido pelos brancos como um cabelo ruim significando inferioridade, por outro lado esse mesmo cabelo significa resistência para os negros. Assim, como este trabalho visa a formação de professores acreditamos ser pertinente mostrar os dois lados, não apenas as artimanhas do opressor, mas também a luta do oprimido. Há diversos movimentos sociais negros que estão na luta por direitos. Mulheres negras que mesmo sendo discriminadas se mantêm firmes como Carolina Maria de Jesus, e que não se deixam “escravizar” pelo sistema capitalista seguindo seus padrões de beleza, mas, entendem



que o cabelo crespo está estritamente vinculado à identidade negra, constituindo um símbolo de resistência contra a opressão do colonizador.

Várias mulheres negras abordam o cabelo crespo em suas obras, relatando as agruras que já sofreram por terem esse tipo de cabelo, ou ainda celebrando o cabelo crespo mostrando sua importância na formação da identidade negra positiva. bell hooks é uma mulher negra que celebra o cabelo crespo por meio da poesia. Gloria Jean Watkins, mais conhecida pelo pseudônimo bell hooks, é uma autora, professora, teórica feminista, artista e ativista antirracista estadunidense. O poema “Meu crespo é de rainha” nos traz várias lições entre as quais as de valorização da estética negra e autoestima.

MEU CRESPO É DE RAINHA

BELL HOOKS

Menininha do cabelo lindo e de cheiro doce
Macio como algodão,
Pétala de flor ondulada e fofa,
Cheio de chamego e de aconchego.
Uma tiara, uma coroa, cobrindo cabeças cheias de estilos!
Pode ser moicano pro alto ou jogado pra baixo,
Amarrado com pompom, cortado bem curtinho
Ou livre, leve e solto ao sabor do vento
Cabelo pra pentear, cabelo pra enfeitar,
Pra enrolar e trançar ou deixar como está.
Cabelo tão sedoso
Tão gostoso de brincar!
Cabeleira que leva as tristezas pra bem longe.
Sentadinha de manhã,
Esperando as mãos carinhosas que escovam ou trançam
Para o dia começar enrolado e animado!
Pixaim, sim! Gosto dele bem assim!
Cachinhos, crespinhos, birotos, coquinhos.
Ou quem sabe com turbante!
Todas as meninas brincando livres.
Feliz com meu crespo!
O meu crespo é de rainha!
Feliz com o meu cabelo firme e forte,
Com cachos que giram, e o fio feito mola se enrola,
Vira cambalhota!
Menininha você é uma gracinha!
Nosso crespo é de rainha!

Assim como Carolina Maria de Jesus, que valoriza sua identidade negra, Bell Hooks também nos leva a refletir sobre a importância da valorização da identidade negra, sobretudo, o cabelo crespo. Ao contrário do que a sociedade capitalista quer nos



fazer acreditar, que apenas pessoas brancas ou “embranquecidas” devem ocupar cargos e posições de destaque, bell hooks enfatiza o tempo todo no poema a começar pelo título que o cabelo crespo não é inferior, “Meu crespo é de rainha”, “nosso crespo é de rainha”.

Também é abordado no poema os vários penteados possíveis de serem feitos com o cabelo crespo, moicano, trançado, cortado curtinho, com tiara, com turbante, etc. Lembrando que apesar de homens negros também serem vítimas de discriminação e racismo pelo fato de terem o cabelo crespo, são as mulheres negras as que mais sofrem por terem este tipo de cabelo. Também é necessário nos atentarmos para o fato de que “as mulheres negras são triplamente exploradas – como negras, como trabalhadoras e como mulheres.” (DAVIS, 2016 p. 169). E devido a uma questão de gênero e raça, as mulheres negras são mais cobradas esteticamente do que os homens negros. Esse é um dos motivos pelo qual optamos por trabalhar com a literatura escrita por mulheres negras para abordar o cabelo crespo. Segundo Freire (2014) a pedagogia do oprimido não pode ser elaborada pelos opressores. Ninguém melhor que essas mulheres para nos ensinar sobre esse tema. A vivência delas vão para além das teorias – é uma vivência pautada na prática, no cotidiano.

Ainda temos uma questão a ser discutida quanto a valorização do cabelo crespo, referente a alisar ou não o cabelo. Sabemos que o ato de assumir o cabelo crespo é mais que uma forma de valorizar a identidade e a raça negra perante a sociedade, é também, um meio de demonstrar resistência política. Porém precisamos ficar atentos para não cairmos em contradição, ou seja, apenas mudarmos a via de opressão.

Embora, a princípio a valorização do cabelo crespo natural assemelhe-se ao discurso proferido principalmente pela militância negra das décadas de 1960 e 1970, no intuito de considerar e liberar o negro e a negra da introjeção de valores brancos racistas, há que se tomar cuidado! Muitas vezes, em vez de assumir o lugar de politização, esse discurso acaba se tornando um tipo de julgamento encobridor de uma concepção racista que paralisa o negro e a sua expressão estética no tempo e não considera que, assim como outros grupos étnicos, eles também estão inseridos em uma sociedade em constante mudança, incluindo aí os padrões estéticos. Assim, julgar que por ser negra uma pessoa só possa adotar penteados e estilos de cabelo pautados em padrões estéticos socialmente considerados “afros” revela inflexibilidade, intolerância e a negação do direito à escolha. Além disso, demonstra uma leitura linear sobre o processo de construção da identidade negra numa sociedade complexa marcada, entre outras coisas por intensa heterogeneidade estética. (GOMES, 2020 p. 194)



Entendemos que quando a pessoa faz a opção de deixar de alisar o cabelo, é bom que ela já tenha atingido um nível de consciência capaz de fazê-la compreender a importância de assumir o cabelo crespo e não apenas por influência de outros. Dizemos isto porque quando a pessoa atinge esse nível de compreensão ela sente prazer e confiança em manter os cabelos crespos, adotar este estilo de cabelo deixa de ser um fardo e passa ser uma atitude libertadora.

O fato de uma pessoa negra alisar o cabelo, não significa necessariamente que ela esteja em busca de um “branqueamento” negando a negritude, também não significa que ela não esteja comprometida com a luta antirracista, há várias formas de resistência e de luta contra o racismo, assumir o cabelo crespo é uma dessas formas.

Por outro lado, o indivíduo que assume o cabelo crespo não deve ser visto como inferior, até porque as características fenotípicas não são determinantes da capacidade humana. A desvalorização do cabelo crespo é uma forma de inferiorizar os indivíduos negros dando assim sustentabilidade as desigualdades econômicas, raciais e sociais - característica marcante do modo de produção capitalista. Essas desigualdades fazem com que as relações presentes no espaço geográfico ocorram de forma desarmônica e conflituosa baseada na exploração e principalmente na exclusão.

Assim, ao abordarmos o espaço geográfico não devemos nos esquecer que o ser humano é parte constituinte deste espaço e que a diversidade racial também se faz presente nesse espaço, uma vez que, a sociedade brasileira é bem diversa em termos de raça. Logo precisamos pensar na “construção” de um espaço geográfico que não se omita em apresentar os indivíduos negros e que, sobretudo, não haja discriminação negativa entre os seres humanos devido sua cor ou textura do cabelo.

Para isso é preciso construir uma identidade positiva dos negros, considerando o cabelo crespo, isto é responsabilidade de todas as instituições bem como da sociedade de forma geral. Todavia, entendemos que a família e a escola possuem um papel relevante na construção dessa identidade. Uma vez que, a escola é uma das principais instituições responsáveis pela formação dos futuros profissionais (advogados, juízes, promotores, médicos, políticos, economistas, entre outros) que irão atuar nas diversas áreas da sociedade. Lembrando que “(...) meninas com pele cor de chocolate, cujo cabelo crespo não formavam um rabo de cavalo também podiam existir na literatura” (ADICHIE, 2019 P.13). Ou seja, mulheres e homens negros/os de cabelos crespos podem e devem atuar nas diversas esferas da sociedade.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos questionamentos de Antonio Candido: “Qual a influência exercida pelo meio social sobre a obra de arte? E qual a influência exercida pela obra de arte no meio social?” podemos fazer duas importantes afirmações, primeiro, tanto na obra literária de Carolina Maria de Jesus – “Quarto de despejo: diário de uma favelada” – quanto no poema de bell hooks “Meu crespo é de rainha” podemos ver nitidamente o reflexo da sociedade brasileira, uma sociedade capitalista que se utiliza estrategicamente do racismo para justificar as desigualdades sociais. As duas escritoras, ainda que de forma diferente, nos mostram a realidade do indivíduo negro na sociedade brasileira, onde o racismo estético é uma das formas utilizadas para selecionar trabalhadores do numeroso exército de reserva. Aliás essa seleção já começa ocorrer muito antes, no ambiente escolar em que crianças, adolescentes e jovens acabam desistindo dos estudos devido a presença do racismo na escola.

Segundo, em relação a influência da obra de arte na sociedade, podemos considerar que a literatura escrita por mulheres negras tem a capacidade de nos levar a refletir sobre as relações sociais presentes no espaço geográfico, nos mostrando não apenas a presença do racismo, mas, sobretudo a resistência como forma de combatê-lo.

Logo, acreditamos que uma das formas de caminharmos no sentido de se ter uma sociedade mais justa e menos desigual é apostando na formação docente geográfica antirracista, com ênfase em um debate pautado na resistência e no respeito relativos a diversidade racial, a fim de se combater o racismo estético que contribui sobretudo para acirrar as desigualdades, bem como, a opressão em nossa sociedade.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ADICHIE, C.N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

CANDIDO, A. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro Azul, 2019.

CASHMORE, E. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro, 2000.



DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

GOMES, F.S.; LAURIANO, J.; SCHWARCZ, L.M. **Enciclopédia negra**. São Paulo: Companhia das letras, 2021.

GOMES, N. L. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Educação e Pesquisa. São Paulo, v.29, n.1, p.167-182. Jan./jun.2003.

GOMES, N.L. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolo da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

HOOKS, B. **Meu crespo é de rainha**. São Paulo: Boitatá, 2018.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo: diário de uma favela**. São Paulo: Ática, 2001.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, M. **O país distorcido O Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a geografia crítica**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2004.

STEDILE, J.P.; CARVALHO, H.M. Soberania alimentar. In: CALDART, R.S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Organizadores) **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, p. 714-723. 2012